



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa

Súmula

XII Legislatura – 3ª Sessão

Reunião do Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa
15 de outubro, 14 horas, sala 11 das Comissões

Presenças de Deputados membros do GT:	<ul style="list-style-type: none">– Deputado Gabriel Goucha (PSD);– Deputado Luís Pita Ameixa (PS);– Deputado José Lino Ramos (CDS-PP);– Deputado Luís Fazenda (BE).
Perito em Legística e Ciência da Legislação:	<ul style="list-style-type: none">– Prof. Alexandre Sousa Pinheiro
Serviços da AR:	<ul style="list-style-type: none">– Cláudia Ribeiro (DSATS)– João Nuno Amaral (DAC)– Luísa Veiga Simão (DAC)– Maria Leitão (DILP)– Ana Vargas (DAC)

Deliberações

O Deputado Gabriel Goucha, depois da análise feita aos temas considerados e dos trabalhos efetuados, propôs que se avançasse, em primeira linha, com a consolidação da matéria relativa aos Direitos e Deveres do Utente, prosseguindo-se depois com a legislação relativa à doação de órgãos, sangue e transplantes. Referiu que foi identificado um grupo de trabalho criado no seio do Ministério da Saúde para proceder à compilação da legislação sobre Transplantação e Dádiva de Sangue, pelo que se irá averiguar do avanço dos trabalhos.

Nesta primeira consolidação, relativa aos direitos e deveres dos utentes, dever-se-ão incluir os direitos de que estes dispõem enquanto consumidores. Importa atualizar e simplificar a linguagem e suprimir zonas de sobreposição existentes nos diversos atos legislativos. Poder-se-á ponderar a hipótese de se ir um pouco além da consolidação, explicitando como é que estes direitos podem ser exercidos. Caso seja validada esta proposta, avança-se para a redação. Este tema tem a vantagem de incidir sobre leis que foram aprovadas por larga maioria.

O Professor Alexandre Sousa Pinheiro disse que o que se pretendia saber é se o GT dava o seu acordo ao desenvolvimento da Base XIV da Lei de Bases da Saúde, incluindo diplomas que regulamentam os diversos direitos elencados, e exemplificou com o direito à assistência religiosa, previsto na alínea f). Entende que de facto é necessário atualizar e simplificar a linguagem, unificar matérias



Grupo de Trabalho da Consolidação Legislativa

homogêneas que se encontram dispersas, resolvendo as sobreposições e verificar a compatibilidade entre os vários diplomas. Caso haja acordo, poderá avançar-se para a redação de um ato consolidador com natureza legislativa.

O Deputado Luís Fazenda disse que nada tinha a opor à metodologia, embora, para avaliar, preferia que o trabalho estivesse mais avançado. Quanto às matérias do medicamento e da organização do SNS, pensa que apesar de terem ampla regulamentação, têm matéria relevante. Disse ainda que não afastaria estes temas até pela complementaridade entre os setores público e privado.

Manifestou disponibilidade para que o trabalho avance nos termos propostos, mas considerou que era importante perceber como se avança em termos parlamentares, tendo sugerido uma reunião dos Deputados membros do grupo de trabalho, permitindo a antecipação de algumas questões e a ponderação de soluções.

O Deputado Gabriel Goucha informou que ficou de falar com a Presidente da Assembleia da República, até porque este grupo de trabalho é atípico e importará analisar como deverá prosseguir os seus trabalhos.

O Deputado Luís Pita Ameixa disse que o que se vai fazer é, em primeiro lugar, consolidação do que existe, pelo que vai ser um trabalho mais de forma que de substância. Considerou um bom princípio avançar com os direitos e deveres dos utentes, que é uma matéria dirigida às pessoas e que pode dar fôlego a este trabalho. Sugeriu que se avançasse para a redação do texto e fosse depois pedido parecer escrito ao Ministério da Saúde. Com base nestes elementos, seria preparada iniciativa legislativa que consubstanciasse o trabalho realizado.

O Deputado José Lino Ramos disse que se sentia confortável quer com a matéria, quer com a metodologia pelo que, em seu entender, estão reunidas as condições para avançar com o trabalho como proposto.

O Deputado Luís Fazenda disse que quando o trabalho estiver desenvolvido será mais fácil analisar questões que em concreto se suscitem, mas poderemos desde já antecipar algumas questões e exemplificou com questões relativas a revogações.

O Coordenador do GT, Deputado Gabriel Goucha, sugeriu que logo que o texto estivesse concluído fosse apresentado ao grupo de trabalho, solicitando-se depois parecer ao Ministério da Saúde.

Ficou agendada uma reunião do GT para o próximo dia 8 de novembro, às 11:00, com a Dr.^a Paula Maia Fernandes do Gabinete do Ministro da Saúde.

O Coordenador do GT
Deputado Gabriel Goucha